

Também queria dizer que nós temos, hoje, 12 milhões de desempregados. Se a nossa economia crescer 2% ao ano, nós iremos gerar 1 milhão de empregos por ano. Nós vamos precisar, então, de seis anos para corrigir os danos causados pela nefasta política.

Então, nós temos que saber - como os japoneses souberam depois das bombas atômicas - consertar o nosso passado. Vai custar caro, é sacrifício. Pelo o que tenho visto - e quero cumprir-mentar o presidente em exercício pelo esforço -, parece-me que a classe política em Brasília não atinou ainda da necessidade desse sacrifício. Então, fica aqui esse alerta.

Gostaria também de acrescentar que temos lutado muito - o governador Geraldo Alckmin, a bancada - pela aprovação da pílula do câncer. Temos visto a grande mídia e grandes laboratórios com uma pressão muito grande contra. Fica a ressalva de que o governador Geraldo Alckmin já mandou o Instituto do Câncer fazer os protocolos legais, jurídicos e éticos perante a Anvisa para aprovação. E já contratou a produção do medicamento, a fosfoetanolamina, para esses testes.

Em 1995, a USP contratou o Hospital do Câncer de Jaú para fazer. Durante dois anos fizeram e não deram os resultados. Hoje, eles negam que tenham feito qualquer estudo nessa direção, o que é mentira. Temos documentos e provas de que eles procederam a primeira e a segunda fases dos testes exigidos pelo Ministério da Saúde, hoje pela Anvisa.

Estamos numa luta de grande conta pequena, numa luta dos poderosos. Recentemente, na Revista Veja, na primeira página, foram publicadas notícias só de um lado, mas não falando a verdade do outro lado. Da mesma forma, em jornais. Nesses dias, recebi revista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), na qual um artigo muito bem feito só apresenta um lado, mas não fala do outro. Fala a verdade de um lado, mas não fala a verdade do outro.

Fica, portanto, a minha notificação à Fapesp, que admiro tanto, tão bem gerida. Também os professores, doutores e grandes nomes da ciência falham. Se temos pesquisadores do Instituto Butantã publicando trabalhos em renomadas revistas estrangeiras, defendendo medicamento barato para combater o câncer, não é solução para todos, mas que seja a solução para alguns.

Estamos dizendo que nada para ser aprovado leva menos que oito anos, dez anos. Vejam, temos a população sofrendo, o estado e os municípios pagando altíssimos medicamentos, sustentando indústrias multimilionárias, enquanto soluções caseiras, já aprovadas ao longo desses 20 anos, têm sido rejeitadas.

Fica aqui a minha palavra. Aproveitando o ensino, se o Brasil não tivesse florestas, águas, frutas e caça à vontade, e se tivéssemos neve, terremoto, talvez este País fosse diferente, principalmente se a classe política cometesse o haraquiri.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rodrigo Moraes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alguz. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos acompanha, assomo à tribuna para fazer um registro importante em relação ao debate que estamos acompanhando do ponto de vista nacional, que é a construção do currículo nacional, a base comum.

Estão sendo feitas audiências, conferências. Nesses dias, aconteceu uma audiência pública na Câmara dos Deputados para debater esse tema e para nossa surpresa, em vez de na Mesa termos representadas as comunidades acadêmica e científica, inclusive as nossas universidades públicas, que são financiadas com dinheiro do povo - aqui em São Paulo, por exemplo, temos o Centro de Pedagogia da Unicamp, da Unesp, da USP, da Universidade Federal de São Carlos - estavam líderes de movimentos fundamentalistas que levaram para a pauta o tema ‘Escola sem Partido’, querendo cercar a liberdade de cátedra dos nossos professores, que inclusive é dispositivo constitucional previsto na Carta Cidadã de 88: professor que faz o curso superior e passa em concurso público tem liberdade de cátedra para trabalhar os temas, é claro, que estão correlatos e que seguem orientação do Ministério da Educação, das Secretarias estaduais e, no caso, das Secretarias municipais no que tange à realidade local. Isto está previsto na legislação. No entanto, montou-se uma Mesa com fundamentalistas que querem cercar a liberdade de cátedra dos nossos professores.

Passo a ler a ‘Carta Aberta do Coordenador do Fórum Nacional de Educação’, do ilustríssimo Dr. Heleno Araújo Filho, e publicada no site de pesquisadores e pós-graduados na área da Educação no Brasil.

"Contra os projetos "Escola sem partido" e "Escola livre". Não ao pensamento único.

Pela liberdade de ensinar e aprender

O Coordenador do Fórum Nacional de Educação vem a público reiterar sua total oposição em relação a quaisquer processos de cerceamento da prática docente, de criminalização e de insegurança que setores fundamentalistas pretendem impor às escolas, professores/as e práticas pedagógicas pela via de proposições tais como as denominadas "Escola sem partido" e "Escola livre". São iniciativas, no limite, intimidatórias e contrárias ao livre pensamento e à liberdade de expressão, à promoção dos direitos humanos e ao reconhecimento das diversidades nos espaços educativos.

Compreendemos a escola e o currículo como espaços de aprendizagens e vivências ricas e múltiplas, como espaços democráticos de participação de diversos sujeitos e em tais espaços, portanto, devem se assegurar a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, bem como se garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e a liberdade de pensamento e de expressão, nos termos de nossa legislação.

Um Estado democrático de Direito se garante pela via da promoção de uma cidadania ativa e da dignidade da pessoa humana e, também, pelo reconhecimento dos diversos valores sociais e do pluralismo político intrínsecos a uma sociedade diversa e democrática como a nossa.

Criminalizar, cercar, intimidar ou obstruir a discussão de temas ou abordagens que possam, de alguma maneira, divergir de valores morais específicos de famílias de cada estudante não contribui para absolutamente nada, não é solução para nenhuma problemática social ou educacional. Impedir que a escola seja um espaço de aprendizagem, de debate, de manifestação das diferenças e ‘locus’ privilegiado para uma formação integral e cidadã é grave e inaceitável retrocesso.

O cerceamento da liberdade, a interdição de temas relevantes e a ausência de pluralismo permite, por ação ou omissão, a perpetuação das mais variadas e perversas situações de violência contra mulheres, negros, nordestinos e LGBT, entre outros, na escola ou fora dela, o que não se pode aceitar.

É tarefa da escola e do(a) professor(a) que nenhum(a) educando(a) seja impedido(a) da construção e usufruto dos direitos decorrentes de sua própria cidadania. A escola compete contribuir para um mundo com pensamentos livres e não únicos, sem preconceitos, estigmas, discriminações e violências, para o que escolas e professores(as) não podem ser cerceados ou intimidados/as de forma alguma. A prática docente deve ser acompanhada e escrutinada por canais republicanos e democráticos, como os conselhos de escola e instâncias colegiadas educacionais e jamais crivada pela censura e pela intolerância.

Mais uma vez me posicione em defesa das liberdades, do direito à educação de qualidade social, laica, inclusiva, pública, gratuita e para todos e todas, sem as quais não há sociedade democrática, tampouco educação emancipadora.

Contrário ao proselitismo e à intolerância, reafirmo a necessidade de tratamento, responsável, qualificado e compatível com a realidade de cada educando e educanda, de temas estruturais e conjunturais de nossa sociedade, bem como das dimensões dos direitos humanos, universais, indivisíveis e interdependentes.

Não a uma "cultura do silêncio" que gera opressão, violência, acomodação e inferiorização! Pelo respeito à Constituição de 1988, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e a nossas Diretrizes Curriculares!

Brasília 30 de maio de 2016.

Heleno Araújo Filho

Coordenador do Fórum Nacional de Educação

Esta carta foi encaminhada à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e solicitado também que este pronunciamento seja encaminhado à Comissão da Câmara dos Deputados. Quero, também, que este pronunciamento seja encaminhado à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e ao nosso secretário estadual de Educação.

Porque infelizmente tramita nesta Casa um projeto de um deputado de uma cidade perto da cidade de Sorocaba, do PSDB, o deputado Luiz Fernando, que já foi deputado federal, que - pasmem os senhores - também tem um projeto estadual, o Escola sem Partido.

No limite, isso é fascismo puro. Quer cercar, perseguir, difcultar e coibir o professor na sua livre expressão dentro da sala de aula. Existe também um projeto tramitando nesta Casa.

Quer dizer, existe um movimento nacional para que as escolas retrocedam alguns séculos na nossa história, para que as escolas deixem de ser o espaço do livre saber, do livre pensar, do debate público, democrático e plural; ou seja, o espaço da ciência, para que a ciência possa florescer.

Não existe ciência sem o contraditório, sem o livre pensamento e sem a discussão. Quero que esse pronunciamento seja enviado à Comissão de Educação. Fica dada como lida esta importante carta do Dr. Heleno Araújo Filho, coordenador do Fórum Nacional de Educação.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Teonílio Barba. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Professor Auriel.

O SR. PROFESSOR AURIEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectador da TV AleSp, visitantes, funcionários desta Casa, o deputado Raul Marcelo fez um excelente pronunciamento aqui no sentido de dizer que a ditadura está voltando, nas escolas e no País.

O direito à expressão dentro das escolas é fundamental e está garantido na Constituição. Agora, esse projeto de lei quer tirar o direito do professor de se expressar na sala de aula de acordo com seus fundamentos, por meio da sua palavra.

Então, é difícil concordar com um projeto desse porque é inconstitucional, visa, cada vez mais, tirar direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, e também o direito de se fazer uma formação dentro do pensamento ideológico de cada pessoa, de cada professor.

Os nossos colegas professores no estado de São Paulo vêm sofrendo um desgaste, assim como todo o funcionalismo público. Mas os professores vêm sofrendo um desgaste já há muitos anos. Há mais de 20 anos os funcionários do estado de São Paulo têm tido perdas irreversíveis.

Como professor, já passei por muitos momentos difíceis relacionados com essa questão de greve e de massacre. Porque os professores são massacrados, não só na sala de aula, mas também quando vão para o movimento de greve apanham, são hostilizados. No ano passado, fizeram 92 dias de greve e não obtiveram respeito nem garantias.

Não existe uma política educacional no estado de São Paulo que estabeleça um critério mínimo de condições de trabalho para esses professores. Porque esse governo tem colocado duzentena, quarentena, tem deixado os professores por dois anos sem reajuste de salário, sem gratificação, numa situação bastante difícil.

Agora houve uma audiência pública aqui. O secretário de Educação é o Renato Nalini. Acho que o professor Herman deveria ter continuado como secretário, porque esse secretário nem sequer tem o respeito de continuar e terminar a audiência pública.

É uma falta de respeito com os deputados, com os movimentos sociais, com os sindicatos dos professores. Não estabeleceu um critério. Veio aqui sem trazer uma proposta de melhoria da qualidade do ensino. A escola pública no estado de São Paulo vem sendo cada vez mais sucateada.

Ano passado fizeram aquele movimento, na tentativa de fechar centenas de salas de aula e quase 100 escolas. Graças ao movimento estudantil, aos jovens, aos alunos e à organização desse movimento de estudantes, conseguiram manter as escolas abertas. Após aquele movimento para manter as escolas abertas, também graças aos estudantes, conseguiu-se estabelecer que a CPI nesta Casa fosse para frente, porque é inadmissível a merenda que o Estado oferece para os nossos alunos.

São 30 centavos por aluno e esse recurso ainda estava sendo desviado. Hoje em dia, 30 centavos custa uma bala. Se você for comprar uma bala, é 20 ou 30 centavos. Não dá para comprar uma caixa de fósforos com o recurso da merenda colocado no estado de São Paulo.

Mesmo assim, há pessoas ligadas ao governador, porque quem coloca lá é o governador, o secretário, o chefe da Casa Civil. Inclusive, pediu demissão o Edson Aparecido, porque estava envolvido em tudo isso. Foi apontado como uma das pessoas envolvidas no esquema.

Temos que apurar todas essas denúncias nesta Casa. Acho que estamos de parabéns, mas agradeço cada vez mais pelo esforço, porque já havíamos tentado criar a CPI, por meio da bancada do Partido dos Trabalhadores e não conseguimos. Com o movimento estudantil, com a garra desses meninos, com a perseverança, conseguimos fazer com que quase a totalidade dos deputados desta Casa assinasse a CPI, inclusive para incentar aqueles que não tiveram culpa. Às vezes, os caras usam um deputado ou outras pessoas e apontam essas pessoas, às vezes, como culpadas, sem que elas sejam.

Então, para inocular e também para fazer com que aqueles culpados sejam punidos, a CPI tem que ir para frente. Temos que fazer um trabalho sério, agora, para fazer com que esta Casa realmente faça o seu papel, que é de fiscalização do Poder Executivo nesta Casa.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Célia Leão. (Pausa.)

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra o nobre deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Caio França. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Angelo Perugini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sra. Presidente, Srs. Deputados: ocupo a tribuna, neste instante, para fazer um pedido muito emotivo a todos os líderes nesta Casa no sentido da discussão e aprovação do plano educacional do estado de São Paulo.

É um absurdo, é triste falar, mas é uma vergonha este projeto do Plano Estadual de Educação estar nesta Casa há um ano. Há um ano tramita aqui, em Regime de Urgência, e nós não deliberamos sobre esse assunto. É lógico que tem várias emendas, várias sugestões de aprimoramento. Inclusive, foram realizadas nesta Casa audiências públicas para receber sugestões. Mas, meu Deus do céu, demorar um ano para apreciar este assunto? Depois criticam a classe política e nós achamos que todas as críticas são injustas; Mas não são. Muitas críticas procedem. E uma delas é essa. E isso não é só em São Paulo.

Hoje, o jornal “Folha de S. Paulo” mostra: a versão final do currículo do Plano Nacional de Educação terá um atraso de mais três meses. Essa, inclusive, é manchete da notícia hoje nesse jornal: “ Educação é tudo. Educação primordial para o desenvolvimento deste País.”

Vamos dar um exemplo em São Paulo. Este apelo eu faço aos senhores líderes de todos os partidos, e a todos os deputados presentes de todos os partidos. Eu tenho a certeza: em todos os partidos tem gente boa e tem gente que não presta.

Portanto, quero fazer um apelo para os bons deputados de todos os partidos: vamos nos unir e demonstrar que esta Casa está à disposição para colocar na prática todos os projetos aqui tramitando, entre tais o Plano Estadual de Educação, projeto da mais alta importância.

Há um ano esta matéria foi mandada para esta Casa, em regime de urgência, pelo governador Geraldo Alckmin, e nós até agora não deliberamos a propositura.

Eu quero fazer uma sugestão: vamos aprovar o projeto original. Tudo bem, não é perfeito. Mas depois, Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados aqui presentes, nós vamos discutir e votar emendas ao Plano Estadual de Educação e, se possível, em qualquer momento.

Agora, ficar um ano sem o Plano Estadual de Educação, isso é um absurdo! Principalmente sabendo que a lei federal estipula: os estados que não tivessem até junho do ano passado, apresentado e aprovado os seus Planos Estaduais de Educação estariam impedidos de receber verbas do governo federal para aplicar na área educacional. É possível uma coisa dessas?

Sabem por que nós não podemos receber verbas para a área educacional – conforme consta lei federal? Porque não aprovamos o Plano Estadual de Educação. E sabem por quê? Porque tem várias emendas, várias sugestões. Mas se nós não conseguirmos nem discutir e votar o plano original, que dirá discutir e votar as emendas, os substitutivos sobre esse importante assunto?

Fica então um apelo aos líderes nesta Casa: vamos votar o projeto original tal qual nos foi encaminhado pelo governador Geraldo Alckmin, já em si uma melhoria. Posteriormente nós vamos aprimorar a lei, votando as emendas e sugestões apresentadas. Agora, o que não é possível é não discutirmos e nem votarmos esta matéria.

Faço um apelo: Sras. Deputadas, Srs. Deputados, atendam a este pedido. Srs. Líderes: vamos fazer um esforço e através de um trabalho extraordinário nesta Casa - seja até de domingo – nos reunirmos e votarmos o Plano Estadual de Educação.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o tempo destinado ao Pequeno Expediente, vamos passar ao Grande Expediente.

* * *

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

* * *

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sra. Presidente, solicito a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - É regimental. Para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL, o nobre deputado Raul Marcelo.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL – PELO ART. 82 - Sra. Presidente em exercício, nobre deputada Maria Lúcia Amary, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, quero aqui em nome da bancada do PSOL, fazer duas considerações importantes. A primeira delas é reiterar a necessidade de o plenário desta Casa, por meio de suas bancadas, analisar o Plano Estadual de Educação.

Na verdade, nós estamos atrasados 27 anos, porque a Constituição de 1988 diz que tanto a União precisa ter um planejamento nacional para a Educação quanto os estados e os municípios. Infelizmente, tudo o que é direito social em nossa Constituição tende a ficar como letra morta. No caso do Plano estadual de Educação, foi isso o que aconteceu. Há o dispositivo, o comando da Constituição, e o estado de São Paulo ficou parado 27 anos.

Em 2003, acompanhei bastante esse assunto, pois estava nesta Casa. Tentamos fazer com que o projeto de 2003 tramitasse, mas infelizmente ele acabou sendo retirado pelo então governador José Serra, e a Assembleia Legislativa acabou não analisando esse projeto. Agora temos outro plano proposto pelo governo e várias outras propostas tramitando nesta Casa. Na verdade, são três propostas de Plano Estadual de Educação e mais uma infinidade de propostas de alteração com emendas.

O líder do Governo tinha assumido um compromisso com os movimentos sociais de que haveria uma mesa de negociação para que fossem feitas alterações na proposta de plano do governador, porque infelizmente, na parte mais importante, que é o financiamento e as metas a longo prazo, essa proposta é uma cópia do plano nacional.

Na parte sobre financiamento, o governador diz que o estado de São Paulo vai investir nos próximos 10 anos 10% do PIB nacional em Educação. Ora, como falar do PIB nacional em São Paulo? Temos que tratar do PIB estadual, não do PIB Nacional. Portanto, na verdade ele copiou e colou o dispositivo que há no plano nacional, segundo o qual a intenção é investir 10% do PIB em Educação nos próximos 10 anos.

No estado de São Paulo, temos o PIB estadual, que é o maior entre os entes federados. Infelizmente, segundo estudo que fizemos junto com a Adusp, a Adunicamp e a Adunesp, o estado de São Paulo, se fosse um país, seria um dos que menos investe em Educação na proporção da sua riqueza. Em relação ao PIB, apenas 3,7% é destinado à Educação pública no estado de São Paulo. Portanto, precisaríamos crescer muito nos próximos 10 anos.

Apresentei um conjunto de sugestões ao secretário, inclusive em audiências, com fontes de financiamento. Hoje investimos 40 bilhões em Educação, entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Secretaria da Educação. Precisamos chegar a 100 bilhões nos próximos 10 anos para poder pagar bem aos professores, para que as salas de aula não estejam superlotadas, para que todas as crianças tenham vagas em creches e pré-escolas e para que a maioria das vagas no ensino superior sejam vagas públicas. Hoje, infelizmente, de cada 10 alunos matriculados no ensino superior, apenas um está matriculado no ensino superior público, ou seja, o número de vagas oferecidas nas universidades e faculdades públicas do nosso Estado também é muito pequeno.

Fica, portanto, este apelo da bancada do PSOL ao líder do Governo, deputado Cauê Macris, para que faça uma reunião com os movimentos sociais, as nossas universidades e os deputados das várias bancadas, para que possamos debater de fato essa proposta de plano estadual e chegar a um denominador comum, para que essa proposta possa ser apreciada pelo plenário desta Casa.

Não podemos ludibriar as pessoas. Fizemos uma audiência pública com o secretário Herman e agora fizemos uma nova audiência com o secretário Nalini, e essa audiência tem que ter uma concretude, uma repercussão. Alguma coisa precisa acontecer, e essa coisa significa uma mesa de negociação entre as diversas bancadas, o governo e os movimentos de Educação de São Paulo, para que possamos ter uma proposta que seja condizente com os grandes desafios educacionais do nosso Estado.

O estado de São Paulo tem ainda um milhão e meio de analfabetos. Um dos estados mais ricos da Federação, com um PIB altíssimo, com plantas industriais, tem um milhão e meio de analfabetos, sem contar os analfabetos funcionais, que são aquelas pessoas que leem um artigo, mas não conseguem entender o que o autor está dizendo. Isso é uma epidemia no estado de São Paulo, de alunos inclusive, que estão concluindo o ensino fundamental e até o ensino médio.

Portanto, fica aqui este apelo ao líder do Governo, para que instale essa mesa de negociações, com as diversas bancadas, para que possamos iniciar um trabalho para termos, se não o plano estadual ideal, mas, pelo menos, algo que seja consensual, e algo que possamos votar neste plenário.

De fato, já estamos 27 anos atrasados para termos um planejamento. Planejar é fundamental, planejar um plano que seja para além dos governos, que seja um plano de Estado, para que possamos chegar daqui a 10 anos e falar: vejam que bom, avançamos na Educação no estado de São Paulo.

Hoje, infelizmente, o quadro é muito entristecedor. É muito triste ver que alunos têm que ocupar escolas, porque não têm merenda. A Unicamp está parada, está em greve, porque estão cortando recursos em todas as áreas. A USP também está discutindo essa situação. O ensino médio teve uma onda de ocupações de escola no ano passado, porque o governo queria fechar.

A situação da Educação não vai bem. Tivemos greve dos professores, no ano passado, de 93 dias. O professor PEB 1 recebe 10 reais por hora/aula. Hoje, a Educação de São Paulo não vai bem. Esse é o dado concreto, nós precisamos mudar, e mudar para valer. E mudar para valer significa ter um planejamento de longo prazo, para alterar esse estado de coisas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB – Sra. Presidente, peço utilizar a tribuna para falar pelo Art. 82.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB – PELO ART. 82 - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: quero me congratular com o deputado Raul Marcelo, que utilizou a tribuna e demonstrou interesse, realmente, em termos uma solução no Plano Estadual de Educação.

Volto a insistir na minha sugestão: muitas coisas precisam ser aprimoradas na Educação no estado de São Paulo, uma delas é ter um Plano Estadual de Educação que, hoje, não temos. Falemos a verdade: a culpa é nossa pois, há um ano , esse projeto está na Casa.

Portanto, reitero o meu apelo: Vamos aprovar o Plano tal como foi mandado pelo governador de São Paulo, já incluindo melhoras para o setor. Enquanto isso, vamos reunir os líderes, como pediu o deputado Raul Marcelo, e fazer uma discussão sobre essas sugestões e emendas apresentadas.

Sra. Presidente: quero me congratular com a sua posição como deputada nesta Casa, e presidindo a sessão de hoje, como tem acontecido em vários dias. A atuação de V. Exa., inteligente, capaz, é de grande importância para todos nós. Nós nos sentimos honrados em estar sob a sua Presidência.

Quero agradecer ao governador Geraldo Alckmin. Na segunda-feira, no próximo dia 06, o governador de São Paulo vai assinar, numa solenidade, o projeto de lei a ser encaminhado a esta Casa criando a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Fui quatro vezes prefeito de Ribeirão Preto e, desde a primeira vez, luto pela criação da Região Metropolitana de Ribeirão Preto. Tão longo voltei a ser deputado estadual, depois de tantos anos de luta, falei com o governador Geraldo Alckmin da importância da transformação da região de Ribeirão Preto em região metropolitana, para podermos ter uma programação administrativa regionalizada. Hoje não se pode mais falar de um plano municipal de administração. Na região de Ribeirão Preto, somente nos 34 municípios que integrarão o projeto de metropolização, há quase um milhão e 800 mil habitantes. Assim, não se pode falar em uma programação sintetizada em uma única cidade.

Realmente, deve haver um projeto administrativo público regionalizado. O projeto criando a região metropolitana irá dar essa oportunidade. Principalmente em áreas como a Saúde teremos a elaboração de projetos visando atender a todos os municípios integrantes de uma mesma região.

Quero agradecer ao governador Geraldo Alckmin. Ele me disse que, neste ano, este seria o único projeto enviado a esta Casa criando região metropolitana. Portanto, senti o interesse do governador em concretizar esse nosso velho sonho de ter a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Agradeço ao governador tudo o que tem feito por Ribeirão Preto e região. Somente nesses últimos anos, S. Exa. nos deu uma Fatec e cerca de quatro escolas estaduais novas. Quando a oposição falava que o governador estava fechando escolas, na minha cidade, S. Exa. abriu quatro escolas novas, com mais de mil e 500 vagas. Hoje, esses estudantes estão tendo a oportunidade de estudar.

Sra. Presidente: foram construídos oito viadutos na minha cidade. Se eu fosse falar tudo o que o governador Geraldo Alckmin realizou na minha cidade e na minha região, eu tomaria muito tempo.

Para finalizar, na segunda-feira, estaremos, com sorrisos nos lábios e alegria nos corações, vendo o governador assinar o projeto, a ser encaminhado a esta casa, criando a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

Desde já, faço um apelo aos nobres colegas e aos líderes partidários nesta Casa para que possamos votar, em regime de urgência, esse projeto de lei criando a Região Metropolitana de Ribeirão Preto.

O SR. WELSON GASPARINI - PSDB - Sra. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - MARIA LÚCIA AMARY - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os ainda da sessão solene a realizar-se amanhã, às 10 horas, com a finalidade de “homenagear o Programa Educacional de Resistência às Drogas - Proerd.”

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 48 minutos.

* * *

3 DE JUNHO DE 2016 76ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e WELSON GASPARINI
Secretário: WELSON GASPARINI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Informa que protocolara requerimento que convoca o secretário estadual de Esportes e Lazer, Paulo Gustavo Mairirino, para prestar esclarecimentos acerca de licitação milionária para compra de medalhas e troféus. Considera exagerado o valor da compra e exige a investigação do caso. Tece críticas ao corte de orçamento estadual para áreas sociais.